



CONHECIMENTO SITUADO RUMO A UMA CIÊNCIA *ABYA YALA*

Luciene de Oliveira Dias¹

Após 14 anos de defesa da minha tese de Doutorado em Antropologia Social e de ações acadêmicas a partir do Pindoba – Grupo de Pesquisas em Narrativas da Diferença decidi sair para um pós-doutorado disposta a encontrar a presença seletiva e a ausência compulsória de mulheres negras, indígenas e lésbicas protagonizando conhecimentos e saberes. O projeto foi ousado, uma vez que me dispus a encontrar núcleos e grupos de pesquisa em *Abya Yala* conduzidos e acolhidos por cientistas com os pertencimentos que eu buscava. A intenção nunca foi construir um mapa fidedigno do que ocorre, mas rabiscar um desenho inicial que nos localizasse a partir do que estamos fazendo.

A primeira parada foi exatamente no grupo de pesquisas que coordeno na Universidade Federal de Goiás. O Pindoba nasceu em 2011 com o propósito de presentificar e “produzir ciência a partir da interseccionalidade que nos marca, sem estratificar dores ou opressões e considerando especificidades contra-hegemônicas” (Dias, 2019, p. 19). O cadastro das ações do coletivo no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, organizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 2012, foi motivado pelo desejo de provocar a visibilidade de corpos fazendo ciência desde a dissidência de raça/etnia, classe social, gênero, sexualidade e outros marcadores sociais da diferença transitando por um espaço acadêmico profundamente orientado pelo preconceito e pelo elitismo.

Em convergência com os propósitos deste grupo, também no pós-doutorado a ideia é não estratificar dores ou opressões, mas não invisibilizar especificidades que precisam ser afirmadas se, de fato, queremos fazer uma ciência cidadã e comprometida com o bem-viver. Nos 14 anos de vida do Pindoba, o grupo aglutina estudos e apoios mútuos em níveis de

¹ Antropóloga e Comunicadora. Professora da Universidade Federal de Goiás. Coordenadora do Pindoba – Grupo de Pesquisas em Narrativas da Diferença. Contato: luciene_dias@ufg.br



graduação, mestrado e doutorado, com foco no ensino, extensão e artes, além da pesquisa. Foram mais de uma centena de produções entre teses, dissertações, artigos, livros e ensaios artísticos concluídos.

Uma mirada sistematizada para os trabalhos realizados possibilita aglutinar as temáticas exatamente em pertencimentos que alcançam mulheres, negras, indígenas e lésbicas. Trazer, de forma interessada, alguns trabalhos, pode ajudar a perceber um rascunho do que vem sendo realizado. Assim, a partir do Pindoba, foram produzidas pesquisas que se orientam para compreender a relevância de se tensionar as narrativas hegemônicas dentro do fazer científico e também foram desenvolvidas ações que provocam para a necessidade de diversificar as pessoas que protagonizam este fazer.

Destaco entre as pesquisas, a que estudou o *Lampião da Esquina*², primeiro jornal feito por e para homossexuais no Brasil, mas que não negligenciou a ausência compulsória de mulheres e pessoas negras nas páginas deste mesmo jornal. Este estudo evidenciou que no mesmo ano em que o *Lampião da Esquina* deixa de circular, surge o impresso *ChanaComChana* pela ação do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF). “Junto ao gueto lésbico, o grupo [GALF] procurava divulgar seu boletim *ChanaComChana*, criado em 1981. Com periodicidade instável, entre trimestral e quadrimestral, o *ChanaComChana* circulou ao longo da década de 1980. (Facchini; Simões, 2009, p. 114).

Naquele momento da investigação tensionamos o fato de que apenas uma pessoa negra, Rubem Confete, assinou como colaborador os textos “No quilombo, o samba é pra valer”, edição nº 17, de outubro de 1979; “Quanto vale o negro brasileiro”, edição nº 19, de setembro de 1979; e “IBGE dá golpe nos negros”, edição nº 20, de janeiro de 1980. Verificamos que o jornal entrevistou o ativista panafricanista Abdias Nascimento, conforme o título “Nessa democracia quem governa é a minoria branca”, edição nº 15, de agosto de 1979. E foram entrevistadas, ainda, as artistas Zezé Motta, em “Zezé Motta, negra e mulher-bicha”, edição nº 19, de setembro de 1979, e Leci Brandão, em “A música popular entendida de dona Leci Brandão”, edição nº 6, de novembro de 1978. O jornal publicou ainda notícias assinadas por

² Dissertação defendida João Lúcio Mariano Cruz, em 2019. Acesso em <[Qual é a tua, oh Lampião? Tensionamentos em um jornal editado na e pela Esquina](#)>



leitores declaradamente negros como o texto do leitor Celestino com o título “Longe daqui, aqui mesmo: um negro escreve de Paris”, edição nº 15, de agosto de 1979, e outro assinado por Ivan Santos com o título “Um garçom escreve ao ‘Dr. Gilberto Freyre’”, edição nº 15, de agosto de 1979. Registramos também o texto “Um dia de luta contra o racismo”, assinado pelo Movimento Negro Unificado na edição nº 3, de julho e agosto de 1978.

A escassa e questionada presença feminina - além da possibilidade de listar a presença negra neste jornal que circulou no Brasil entre os anos de 1978 e 1981 tendo como horizonte de sua produção as dissidências de gênero e sexualidade - evidencia que as mulheres, negras, indígenas e lésbicas ainda têm um longo caminho a trilhar para que consigam agenciar a produção do conhecimento. Foram exatamente pesquisas como esta que impulsionaram a escrita do projeto de pós-doutorado que busca identificar o que estamos fazendo e como estamos fazendo em *Abya Yala*.

Vale lembrar que a expressão *Abya Yala* é inicialmente colocada pelo povo Kuna, do Panamá, mas atualmente é utilizada de forma política por diversos movimentos sociais organizados e tem como principal meta romper com o ofuscamento imposto aos povos do sul global, como explica Lorena Cabnal (2010). Para esta pesquisadora, toda a integralidade da vida dos chamados povos originários tem suas raízes em filosofias plurais uma vez que “son varias cosmovisiones, aunque tienen hilos en común a partir de prácticas que se reconocen o se conectan en todo el territorio de Abya Yala, incluso con pueblos muy alejados de otros continentes”³ (Cabnal, 2010, 14).

Sendo assim, *Abya Yala* não pode ser compreendida como uma simples tradução do nome América Latina ou uma substituição por uma palavra que carrega os mesmos significados. *Abya Yala* está ligada a um conhecimento específico que, historicamente, tem sido negligenciado pela produção científica hegemônica. Sistematizar o conhecimento desde *Abya Yala* é uma estratégia para garantir o reconhecimento de que ciência e tecnologia são plurais.

³ Tradução livre: “existem diversas visões de mundo, embora compartilhem pontos em comum que derivam de práticas reconhecidas ou interligadas em todo o território de *Abya Yala*, inclusive entre povos muito distantes de outros continentes”.



O uso da expressão aqui se justifica pelo profundo desejo de alcançar a multiplicidade de lugares e agências como caminho possível para o bem-viver.

Abya Yala joga luz forte sobre os pertencimentos locais, agenciando tais pertencimentos ao saber-fazer. Em Antropologia, esta é a forma que utilizo para nomear a multiespacialidade e a multiagência da produção do conhecimento. O termo *Abya Yala* significa, assim, essa “terra em plena madurez” ou “terra de sangue vital”, de acordo com Diana Correal, Yuderlys Espinosa Miñoso e Karina Muñoz (2014). É por concordar com tal perspectiva que a investigação que agora ganha seu primeiro estrato de escrita segue a nomeação ressignificada das territorialidades que são acionadas como também produtoras de conhecimento.

Ainda no escopo do Pindoba, destaco investigações buscando essas presenças e ausências em telenovelas e telejornais brasileiros, os estudos e ações junto com grupos quilombolas e indígenas e a presença constante na institucionalização das ações afirmativas. Em termos de sustentação, a inspiração vem do emblemático Combahee River Collective, um coletivo de feministas negras e lésbicas organizado em Boston, Estados Unidos, entre os anos de 1974 e 1980. A aprendizagem, dessa forma, veio de feministas como Angela Davis, Audre Lorde, bell hooks, June Jordan, Norma Alarcón, Chela Sandoval, Cherrie Moraga, Gloria Anzaldúa, Chandra Talpade Mohanty, María Lugones e tantas outras que, conforme informado por Viveros Vigoya (2009), se expressaram contra a hegemonia do feminismo de viés branco e eurocentrado. Como se pode notar, tais inspirações amplificam-se em nomes de *Abya Yala*.

O Pindoba também dedicou fôlego para investigar a presença de mulheres negras na literatura, com destaque para a escritora brasileira Conceição Evaristo e a dissertação “Falas insubmissas: memória e comunicação na obra da escritora Conceição Evaristo”⁴ que concebe a escrita e a história a partir da população negro-diaspórica no Brasil. O senso de pertencimento e a divulgação orientada para a emancipação de sujeitos negros produzindo conhecimento é a principal guia desta investigação. Em um diálogo profundo entre a força da comunicação e a escrevivência, essa foi uma fase do grupo de pesquisa que iluminou a busca por um pós-doutorado que evidenciasse que estamos vivas e produzindo saberes.

⁴ Dissertação defendida por Elisângela Gomes, em 2019. Acesso em <[Falas insubmissas: memória e comunicação na obra da escritora Conceição Evaristo](#)>.



No campo das artes, é importante destacar a criação projeto, em 2019, Entre Margaridas e Samambaias, que fortaleceu a Marcha das Margaridas - manifestação anual de mulheres trabalhadoras rurais, realizada desde o ano 2000, em Brasília, e organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag). O projeto, conforme Dias (2019), envolveu oferta de componente curricular de núcleo livre para estudantes de graduação da Universidade Federal de Goiás quando foi dedicado um semestre inteiro a estudos sobre Margarida Maria Alves, liderança sindical assassinada em 1983, passou pela locação de dois ônibus para garantir a participação de estudantes e mulheres do campo do estado de Goiás na Marcha daquele ano e culminou com uma instalação artística na Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. A partir do projeto foram também publicados artigos em revistas qualificadas e capítulos de livro.

A experiência com o projeto Entre Margaridas e Samambaias envolveu mulheres, negras, lésbicas, do campo e da cidade, da academia e fora dela. A grande contribuição para o grupo de pesquisa foi a possibilidade de trabalhar a partir da interdisciplinaridade e da experimentação. Acionamos os feminismos comunitários e interseccionais desde o vivido, como estabelece Mara Viveros Vigoya quando afirma que devemos saber “como son experimentadas concretamente las intersecciones de raza y género, classe y género y la consubstancialidad de estas relaciones para los grupos Sociales involucrados”⁵ (2016, p. 3).

As dimensões políticas destas intersecções são perseguidas em todas as ações do Pindoba. A comunicação popular e comunitária foi a grande conquista com a pesquisa sobre as vidas foliãs⁶ do Divino Espírito Santo em cidades do interior de Goiás. Nesta investigação, o encontro entre gerações a partir da cozinha que prepara as comidas da folia, os pousos e as cantorias nos fortaleceram no sentido de trazer para o debate a situacionalidade da produção científica. Com esse trabalho, pudemos nos fortalecer para pensar a comensalidade como

⁵ Tradução livre: “como as interseções de raça e gênero, classe e gênero são vivenciadas concretamente, e a consubstancialidade dessas relações para os grupos sociais envolvidos”.

⁶ Dissertação defendida por Denise Rodrigues Soares, em 2020. Acesso em <[VIDAS FOLIÃS SUAS COMUNICAÇÕES - Dissertação DENISE.pdf](#)>.



celebração da união do grupo. Os Benditos de Mesa, cânticos entoados após todas as pessoas terem sido servidas, marcam a troca dadivosa da folia e compartilham saberes ancestrais.

No campo das Performances Culturais, a publicação do capítulo “Atravessamentos de mulheres lésbicas nas cidades” no livro *Urbano Palco* se apresenta como inovadora por trazer as especificidades das lesbianidades desde o Cerrado brasileiro e a partir do assassinato brutal de Luana Barbosa. Aqui é possível o encontro com a forma como a lesbofobia mata física e também simbolicamente lésbicas que alimentam seus corpos limiães na contramão das cidades em “uma performance corporal impossível de ser compreendida por aqueles que fazem a norma” (Dias; Freire, 2020, p. 227). Preta, pobre e sapatão, Luana Barbosa não performava a feminilidade e, por isso, foi violentada por policiais enquanto levava o filho de 14 anos para uma aula de informática, no interior de São Paulo.

Mas não é somente a morte de Luana que essa investigação traz para a superfície dos saberes. O que é chamado de “recreações lesbocidas” evidencia a violência praticada em uma escola pública na cidade de Goiânia, nos anos 2000, contra uma das cientistas. Posta literalmente “de cabeça para baixo durante o recreio na escola” com o único objetivo de “fazer com que a barra da camiseta do uniforme cinza chegasse até o pescoço” porque queriam ter “a certeza de que a garotinha do futebol era uma garotinha” (Dias; Freire, 2020, p. 234), ela não morreu, mas experimentou em seu próprio corpo tais “recreações lesbocidas”. Acionamos para pensar essa complexidade o que Rita Segato (2014) nomeia como Pedagogia da Crueldade como um excelente instrumento de reprodução do sistema lesbofóbico.

Esse debate e escrita sensibilizaram as mulheres do grupo a organizar, por ocasião do Dia Internacional das Mulheres, um apitão que percorreu vários prédios da Universidade Federal de Goiás. O objetivo era promover um breve intervalo nas salas de aula que estavam sendo aplicadas e em outras atividades acadêmicas daquele 8 de março de 2020. No Brasil, vários movimentos lançaram mão do apito, esse objeto simples e barulhento, para criar campanhas contra situações de assédio vivenciada por mulheres. O movimento “Não hesite, apite!”, por exemplo, entregou mais de 150 mil apitos para mulheres que faziam uso do transporte público em São Paulo no sentido de conscientizá-las de que o seu uso denunciaria situação de assédio e misoginia.



Em 2015, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Brasil ocupava o sétimo lugar no mundo em feminicídio. O exemplo da pesquisadora que foi colocada de ponta cabeça para que os coleguinhas tivessem a certeza de que se tratava de uma menina confirma que o assassinato não é a única forma de violência praticada contra mulheres no País. A forte onda de abusos sexuais no transporte público, a insegurança e o medo durante os deslocamentos urbanos e as violências sofridas dentro de casa e nas escolas inspiraram apitações e fortaleceram movimentos sociais contra a misoginia, o machismo, o assédio sexual e a lesbofobia.

Na ação promovida na Universidade Federal de Goiás, o objetivo foi lembrar que as mulheres daquela Instituição estavam suficientemente informadas sobre a força da ação coletiva para coibir as violências. Instrumentalizamo-nos com não mais que duas dezenas de apitos e fizemos um recorrido. As reações foram perturbadoras. Um professor, que inclusive respondia a processo disciplinar por agressão contra estudantes, reagiu de forma intolerante ao que nomeou como “baderna” que atrapalhava a aplicação do seu “conteúdo” importantíssimo para o futuro da turma. Uma aula sobre jornalismo internacional que, de acordo com a reação do professor, não poderia parar por cinco minutos para discutir violência contra mulheres e lesbofobia.

Essa experiência ajudou o grupo de pesquisa a situar seu conhecimento pelo vivido e fortalecer os laços, uma vez que ficou evidente que a violência está também nas salas de aula, corredores e gabinetes das universidades. A relevância de aliar-se ao que conhecimento vivido toca no que vem sendo chamado de conhecimento situado, sendo este o que depende da perspectiva de quem observa e do contexto específico em que a observação é feita. Não se trata apenas do que é visto, mas também de como quem observa interpreta o que vê, considerando seu próprio enquadramento cultural e experiências prévias. As experiências compartilhadas tornam-se, assim, uma condição para que a própria ciência aconteça.

Para alcançar saberes compartilhados é importante que nos reconheçamos umas nas outras em todos os espaços. Pelo Pindoba, ações de extensão com o objetivo de alcançar reconhecimento e compartilhar, a exemplo de participação ativa e constante no Acampamento Terra Livre, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e que se



configura como a maior mobilização indígena do Brasil. A ação é realizada sempre no mês de abril de cada ano em Brasília, capital federal, e reúne povos indígenas de diversas regiões com o propósito de marchar, discutir e reivindicar direitos como a demarcação de terras.

Investigação já realizada pelo Pindoba, dá conta de que, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010, cerca de 800 mil pessoas indígenas ocupam reservas demarcadas protegidas pelo Estado brasileiro. Já a realidade das reservas não demarcadas é de constantemente ameaça por parte de grileiros, latifundiários, garimpeiros e exploradores de madeira ilegal. Tal realidade não só dificulta a real compreensão da presença indígena no Brasil, como vulnerabiliza ainda mais essa população que busca acesso nas universidades e em outros espaços de cidadania. Uma ciência cidadã é o que defende o Grupo de Pesquisa sempre que se habilita às buscas que vem realizando.

Desde a sua constituição, em 2011, que o Pindoba busca aprofundar suas pesquisas em cidadania. Este movimento de encontrar uma abordagem científica que dialogue com a cidadania conduz ao que vem sendo chamado de ciência cidadã capaz de, por uma via, mobilizar o envolvimento de pessoas externas à academia na produção científica e, por outra mão, ampliar o compromisso e a colaboração entre o que é chamado de ciência e os demais saberes. As pautas da ciência cidadã estão, assim, diretamente relacionadas à cidadania e aos Direitos Humanos. Reconhecer e valorizar o fato de que não se produz conhecimento de forma solitária é o primeiro passo para o alcance de uma ciência cidadã.

A inspiração para a discussão sobre ciência cidadã pode ser buscada em publicação do Pindoba (Dias, 2020) que estabelece que a cidadania está em permanente construção. Neste material é possível encontrar expressões como “cidadania lésbica”, “cidadania negra”, “cidadania quilombola” e “cidadania da periferia”, o que evidencia a necessidade de atualizar o conceito para além de suas bases eurocêntricas. O que encontramos aqui é o princípio da autonomia para pensar e provocar a produção do conhecimento, da mesma forma que a dinamização do processo de atribuição de sentidos. Cidadania sem multivocalidade, cidadania sem polissemia, cidadania sem conhecimento situado não pode, assim, ser considerada cidadania, inclusive quando falamos de ciência. Por isso, narrar o mundo a partir das



especificidades de quem narra configura-se “como uma exigência existencial” (Dias, 2014, p. 340) e um direito inviolável.

A própria noção de *Abya Yala*, aqui trabalhada, é uma experimentação no sentido de fundamentar uma ciência participativa e cidadã no espaço acriticamente chamado de América Latina. Como o estudo está em desenvolvimento – com seus primeiros rascunhos datados da década de 1980 –, é possível destacar como contributos da ciência cidadã a pedagogia do oprimido, do educador brasileiro Paulo Freire; a pesquisa-ação participativa do sociólogo colombiano Orlando Fals Borda; a perspectiva decolonial de Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo e outros nomes; as formulações e experiências no campo das tecnologias e inovações sociais; o pensamento anticolonial de indígenas, quilombolas, afrodescendentes, feministas e interseccionais, a exemplo de Andre Baniwa, Ailton Krenak, Antonio Bispo dos Santos (Negro Bispo) e Lelia González.

A abordagem pelas lentes da ciência cidadã é capaz de borrar as fronteiras rígidas entre quem agência as pesquisas e o que, até pouquíssimo tempo, ainda era tratado como objeto de pesquisa. Acionar a ciência cidadã a partir da Antropologia e do Conhecimento Situado promove movimentos de ressignificação sobre saberes e conhecimentos e a relação entre humanos, não-humanos e mais-que-humanos democratizando saberes e os orientando para a vida. Uma ciência *Abya Yala* provoca novas abordagens, novas agências e novos resultados. A esperança é que a saída para este pós-doutorado nos ensine, de uma vez por todas, que os saberes estão em construção, não estão acabados, e que a verdade absoluta foi a grande responsável pelas maiores injustiças já cometidas. Para isso, novas paradas estão em andamento.

REFERÊNCIAS

CABNAL, Lorena. “Acercamiento a la construcción del pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala”. **Feminismos diversos**: el feminismo comunitario. España: ACSUR - Las Segovias, 2010.

CORREAL, Diana; MIÑOSO, Yuderkys; MUÑOZ, Karina (ed.). **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.



DIAS, Luciene O. “Direitos ‘quase humanos’: vivência para ensinar e aprender a comunicação dialógica”. **Revista de Comunicação Dialógica**, (3), 86–106. <https://doi.org/10.12957/rcd.2020.50996>, 2020.

DIAS, Luciene de Oliveira & FREIRE, Ralyanara Moreira. “Atravessamentos de mulheres lésbicas nas cidades”. In: KUNZLER, Josiane; SILVA, Roberta Machado; OLIVEIRA, Vania Dolores Estevam. **Urbano Palco: estudos de performances urbanas**. v. 2. Kelps: Goiânia, 2020.

DIAS, Luciene O. “Entre Margaridas e Samambaias: extensão universitária na formação em jornalismo”. **Estudos Contemporâneos de Jornalismo**. Goiânia: Editora UFG, 2019.

DIAS, Luciene O. “Grupo de Pesquisa Pindoba: resiliência e o lugar acadêmico”. **Revista Nós - Cultura, Estética e Linguagens**, v. 04, n. 02, 2019.

DIAS, Luciene O. “Desatando nós e construindo laços: dialogicidade, comunicação e educação”. **Teorias da Comunicação: Correntes de pensamento e metodologia de ensino**. São Paulo: Intercom, v. único, p. 328-350, 2014.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Julio Assis. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SEGATO, Rita. **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres**. Puebla: Pez en el Árbol, 2014.

VIVEROS VIGOYA, Mara. “La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación”. **Debate Feminista**, n. 52, 2016.

VIVEROS VIGOYA, Mara. “La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual”. **Revista Latinoamericana de Estudios de Familia**, n. 1, 63–81, 2009.